



SABERES E PRÁTICAS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

KNOWLEDGE AND PRACTICES IN INCLUSIVE EDUCATION

Rosenildo da Costa Pereira
Cibele Braga Ferreira
Alcinda Maria de Jesus Pety
Rossicleide Santos Silva
Cyntia França Cavalcante Silva

RESUMO: O presente texto tem o propósito de analisar a temática educação especial à luz do multiculturalismo, afirmando a necessidade de um debate mais amplo sobre a multiculturalidade presente no universo escolar. Para sua elaboração partiu-se do princípio da abordagem do multiculturalismo, tendo como referenciais teóricos: Oliveira, (2005, 2011), McLaren (2000), Figueiras (2011), dentre outros, que se debruçam na pesquisa científica sobre a heterogeneidade no espaço da sala de aula, especialmente sobre a educação especial que foi o foco de nosso objeto estudo.

PALAVRAS CHAVE: multiculturalismo, educação especial e inclusão.

ABSTRACT: This text has the purpose of analyzing the thematic special education birth of multiculturalism, affirming the need for a broader debate about multiculturalism in the universe. For their preparation broke the principle of multiculturalism approach, theoretical references: Oliveira, (2005, 2011), McLaren (2000), fig (2011), among others, drooping in scientific research on the heterogeneity within the classroom, especially on special education was the focus of our study object.

KEY WORDS: multiculturalism, special education and inclusion.

1. INTRODUÇÃO

O debate acerca das Políticas Culturais foi centro da disciplina “Educação e Políticas Culturais” do Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado) da Universidade do Estado do Pará (UEPA). Dentre as inúmeras temáticas trabalhadas, buscou-se discutir o multiculturalismo na educação especial e na política de inclusão.

Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo discutir os pressupostos teóricos acerca do multiculturalismo na atenção aos alunos com necessidades educativas especiais, trazendo como foco de debate alguns autores como Oliveira (2005, 2011), Freire (1996; 2004) e Dussel (apud Oliveria, 2004), dentre outros.



Inicialmente se apresentará um breve panorama histórico da constituição da educação especial, posteriormente se adentrará na discussão acerca do multiculturalismo crítico e sua relação com a educação especial.

2. UM POUCO DE HISTÓRIA

Dentro do debate da Educação especial analisa-se o passado em sua trajetória histórica e percebe-se que foi vivenciada de uma forma excludente, seja com escolas especiais ou classes especiais, já que mantinham alunos com deficiências segregados distante da convivência dos alunos hipoteticamente “normais”. Segundo Denari (2008, p.10):

por um longo tempo, entendeu-se a educação escolar como uma possibilidade destinada somente àquelas pessoas colocadas em um patamar de normalidade, ao que se ajustam em condutas e expectativas congruentes, que as levam a adaptar-se a uma dada sociedade.

Logo, aqueles que não se enquadravam no padrão, eram privados da convivência com os não-deficientes. Tais fatos foram comentados na obra de Figueiras (2011). Este mesmo fez um panorama histórico da educação Especial e dentro deste separou em três momentos diferentes.

No primeiro momento traz para o debate o surgimento de escolas especiais pelo mundo onde pode-se citar: a fundação do instituto dos meninos cegos no Rio de Janeiro em 12 de setembro de 1854, atualmente chamado de Instituto Benjamim Constant (IBC); a fundação do Instituto dos Surdos-mudos também no rio de Janeiro em 26 de setembro em de 1857, atualmente chamado de Instituto nacional de Educação de surdos (INES).

O segundo momento Figueiras apresenta em seu panorama várias Campanhas para promoção de educação das pessoas com deficiências as quais pode-se citar Campanhas para Educação de Surdos Brasileiros(1957), Campanha Nacional de Educação de Cegos (1960), Campanhas Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes mentais (1960). Ainda neste momento “a Educação Especial foi considerada uma modalidade de ensino, trazendo como diretriz a plena integração das pessoas com necessidades Especiais em todas as áreas da sociedade” (FIGUEIRAS, 2011. p.26).

O terceiro e ultimo momento o qual é delineado traz a declaração de Salamanca de 1994 a qual torna a educação para todos um compromisso, “reconhecendo a necessidade de



providenciar educação para pessoas com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino” (FIGUEIRAS, 2011. p.28).

Desta forma, com a mudança de paradigma a política de educação inclusiva trouxe novos debates e reflexões. Com os novos rumos das discussões, as reflexões sobre a inclusão e sobre as práticas pedagógicas numa perspectiva inclusiva tem se intensificado já que os alunos com deficiências saíram dos “guetos” e estão sendo inseridos em um novo contexto onde as escolas regulares os estão acolhendo devido às exigências legais, buscando garantir esse atendimento de uma forma diferenciada respeitando as características desses educandos.

No panorama contemporâneo também se encontra o movimento intelectual e político de defesa dos direitos das pessoas com necessidades especiais, a partir do viés do multiculturalismo, foco desta discussão.

3. O MULTICULTURALISMO E A INCLUSÃO

Neste início de século onde percebe-se com mais ênfase, a necessidade de se divulgar e valorizar as diversas culturas existentes pelo mundo, descortina-se um mosaico cultural.

Mosaico cultural, segundo Barros (2011) equivale ao multiculturalismo ou Pluralismo Cultural que é formado por várias culturas encontradas em uma mesma “localidade, cidade ou país, sem que uma delas predomine, porém separadas geograficamente e até do convívio, no que se convencionou chamar de mosaico cultural”. (BARROS, 2011, 4)

É importante salientar que ao expor os diversos tipos de cultura de uma mesma localidade, deve-se fazer de forma crítica, descartando o ilusório e romântico de suas características, proporcionando a divulgação do Multiculturalismo Crítico que, segundo McLaren (2000, p. 123) tem a tarefa central de transformar as relações sociais, culturais e institucionais nas quais os significados são gerados. Logo, trabalhar na linha do Multiculturalismo Crítico significa atuar através de uma agenda política de transformação, evitando a acomodação.

Considerando a política atual da Educação Brasileira que em seus escritos como, por exemplo, os Parâmetros Curriculares Nacionais que é uma espécie de manual das ações que devem ocorrer no espaço educativo e baseia-se em conceitos como *pluralidade cultural, transversalidade, ética, cidadania e autonomia* (grifo do autor) (OLIVEIRA, 2004), percebe-se que a Educação Especial pouco é vislumbrada, criando dúvidas do tipo: como trabalhar em sala as



necessidades especiais? Como explicar ao alunado seu sentido, incitando nestes atitudes como respeito e solidariedade?

Segundo Oliveira (2011, p. 8) a política inclusiva objetiva oportunizar a educação democrática para todos, considerando ser o acesso ao ensino público de qualidade e o exercício da cidadania um direito de todos, como também viabilizar a prática escolar da convivência com a diversidade e diferenças culturais e individuais [...]. Logo, transpor o desafio de proporcionar uma educação inclusiva com garantia de melhor qualidade de vida, deve-se considerar a questão do respeito à diversidade (CORRER, 2003. p. 33).

Partindo do conceito de diversidade que segundo McLaren (2000, p.122), deve ser afirmada dentro de uma política de crítica e compromisso com a justiça social e ligada à noção de “diferença” e compreendendo esta por meio de uma política de significação, isto é, de práticas de significação que são tanto reflexivas quanto constitutivas de relações políticas e econômicas prevaletentes (MCLAREN, 2000), demonstra que deve ser trabalhado na concepção de um Multiculturalismo Crítico ou de Resistência.

No entanto, no documento oficial analisado, o que se observa estar mais condizente, concordando com Oliveira (2004, p. 25), é o tipo Humanista Liberal onde é “disseminado características como uma visão hegemônica da diversidade cultural (...) e o interesse por uma reforma educacional que atenda as exigências da globalização econômica” demonstrando que atuar numa linha que favoreça a construção de um ser humano crítico e consciente de seus direitos e deveres, respeitando a diversidade torna-se um tanto difícil.

Assim, lidar com os “diferentes” na sala de aula significa necessariamente romper com as concepções estereotipadas sobre grupos marginalizados, (MAGALHÃES, 1984) ajudando na construção de uma verdadeira sociedade inclusiva.

4. A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO DEBATE SOBRE O MULTICULTURALISMO

Segundo Oliveira (2004) as pessoas que apresentam necessidades especiais não estão incluídas nos debates teóricos sobre exclusão e discriminação pela diferença quer seja pela Política de Pluralidade Cultural dos Parâmetros Curriculares Nacionais ou pelo debate bibliográfico sobre o multiculturalismo.

Os debates multiculturais são marcados essencialmente pelo gênero, classe e fatores étnicos, porém segundo Freire e Macedo (apud OLIVEIRA, 2004), diferentes localizações



históricas de opressão necessitam de uma análise específica, ou seja, é essencial que se problematize a discriminação pela diferença e a exclusão social pelo viés das pessoas com necessidades especiais, visto que estas demanda uma análise específica, uma vez que excluindo estes sujeitos do debate, se dá vazão ao que Santomé (1995) configura de “vozes ausentes” e “cultura negada”.

Dessa forma, no cerne da discussão do multiculturalismo, encontra-se o conceito de diferença, sendo este reconhecido como processo de luta política. Assim, o papel da educação seria o de discutir politicamente a problemática da diferença a fim de ressignificar conceitos, imaginários e representações acerca da pessoa com necessidades especiais.

Segundo AMARAL (apud OLIVEIRA, 2004.p. 84) a diferença é:

a essência da humanidade e quando esta é entendida como exceção à regra, abre-se espaço para o pré-conceito. Na medida em que se reconhece e considera que há diferença, a complexidade, a dinâmica, a ambiguidade presentes na instituição escolar, abre-se uma outra possibilidade de entendimento(...).

Brandão (apud OLIVEIRA, 2004. p. 55), amplia o debate sobre o conceito de diferença afirmando que “o reconhecimento da diferença é a consciência da alteridade: (...) que nem tudo é o que eu sou e nem todos são como eu sou. (...). Um outro é um diferente, por isso atrai e atemoriza”. Dessa forma, entrar no debate sobre a diferença, de maneira especial, na atenção aos escolares com necessidades especiais, a partir da perspectiva do autor supracitado, é inserir-se em um universo de mutualidade, integralidade, onde o diferente também faz parte do contexto social. Porém, nem todas as pessoas e instituições estão preparadas para acolher o diferente, pois a diferença ao passo que atrai, também causa receios diante do novo.

Assim, assumindo a alteridade, ou seja, entendendo que a diferença faz parte do contexto social, e que, portanto, o diferente, como os alunos especiais, necessitam sentir-se pertencentes ao contexto onde vivem e estudam, foram criadas estratégias políticas de maneira a integrá-los e incluí-los, caracterizadas pela Política de Integração e pela Política de Inclusão.

A Política de Integração, segundo Oliveira (2004) apresentava como característica um enfoque individual, com base no diagnóstico e avaliação dos alunos, onde somente era integrado à escola o aluno pedagogicamente educável. Tal política era permeada pelo princípio da normalização, pois o aluno deveria adaptar-se à escola e não havia a problematização da estrutura educacional. Para compreender a filosofia da Política, a autora utiliza a metáfora da cascata onde



todos os alunos seguem o mesmo fluxo do sistema, podendo transitar da classe regular ao ensino especial.

A Política de Inclusão traz outro enfoque sobre a diferença, pois compreende no interior da escola a diversidade, que seja físicas, individuais, culturais e sociais, buscando democratizar as oportunidades educacionais, por isso assume um caráter crítico-institucional. A Política de Inclusão apresenta as seguintes características: enfoque institucional, onde a escola deve adaptar-se o aluno/a, pontuando as mudanças estruturais escolares e problematização da questão da diferença e da diversidade.

A política de inclusão também busca oferecer aos alunos, igual oportunidades de acesso, respeitando suas características pessoais. Portanto, Oliveira (2004) destaca que a metáfora para compreensão desta política é evidenciada pelo caleidoscópio, pois neste todos os pedaços fazem parte de sua composição e quando se retira alguns dos seus componentes o desenho se torna menos complexo e menos rico.

Assim, se evidencia o caráter interdependente da sociedade, incluindo o diferente, pois este também é peça do desenho. Dessa forma, as pessoas evoluem, aprendem e amadurecem melhor com um ambiente mais rico e variado, sendo esta complexidade marcada pela diferença. Dessa forma, a seguir se discorrerá acerca da inclusão dos diferentes na escola atual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, a educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa pelo debate da questão do multiculturalismo, uma vez que contempla o acesso à escola de uma heterogeneidade de pessoas que são conhecidos como “anormais”, ou seja, o deficiente visual, auditivo, entre outros.

Como categoria o multiculturalismo visa incluir na prática educativa todos os saberes (escolares e não-escolares), inclusive o debate na perspectiva da educação especial. O multiculturalismo, nesse sentido, torna-se um conceito rico em agregar os diferentes saberes na construção de uma sociedade multicultural.

Reconhece o importante papel das multiplicidades de saberes existente em qualquer lugar que seja, incluindo deficientes, povos do campo, das florestas e das águas. Agregando nesse sentido, o multicultural na prática educativa escolar, respeitando os mais variados modos de vida cotidiana.



REFERÊNCIAS

BARROS, Leonardo S. L. de. Afinal o que é Multiculturalismo e qual sua importância para o Ensino de Sociologia? Disponível em: <http://www.slideshare.net/leotrigo/multiculturalismo-e-a-sociologia>, em 02/jun/2013.

CORRER, Rinaldo. **Deficiência e inclusão social: construindo uma nova comunidade**. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

DENARI, Fatima Elizabeth. Apresentando uma nova obra: Escola&diversidade-dos discursos às práticas inclusivas. In: DECHICHI, Claudia; DA SILVA, Lázara C. et al. **Inclusão Escolar e educação especial: teoria e Prática na diversidade**. Uberlândia, EDUFU, 2008.

FIGUEIRAS, Emilio. O que é educação inclusiva. São Paulo Brasiliense, 2011.

MAGALHÃES, Rita de Cássia B. P. **Construindo um olhar multicultural sobre a Educação Inclusiva: Primeiras aproximações**. Disponível em: www.anped.org.br, acesso em 02/jun/2013.

MCLAREN, Peter. Multiculturalismo Crítico. 3. ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2000.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de (Org.). **Cadernos de atividades pedagógicas em educação popular: políticas de educação inclusiva em municípios da Amazônia paraense**. Belém: EDUEPA, 2011.

_____. **Saberes, imaginários e representações na educação especial: A problemática ética da “diferença” e da exclusão social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

SANTOMÉ, Jurjo. As culturas negadas e silenciadas no currículo. In: _____. **Alienígenas na sala de aula- uma introdução aos estudos culturais na educação**. Petrópolis: Vozes, 1995.